

FÓRUM GOIANO DE RECURSOS HÍDRICOS

De ordem do Exmo.
Sr. Secretário titular do
TA Páris, brasileiro.

**MOÇÃO DE REPÚDIO À EXTINÇÃO DO CONSELHO ESTADUAL DE
RECURSOS HÍDRICOS E DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO
AMBIENTE - Nº 01/2017**

Rogério Rocha
Secretário-Executivo do Conselho
Estadual de Saneamento, Meio Ambiente e
Recursos Hídricos
17.06.2017

O Fórum Goiano de Recursos Hídricos, espaço permanente, plural, aberto e diversificado de debate para a formulação de propostas para a implementação da política de recursos hídricos do estado de Goiás, formado por entidades da sociedade civil organizada, instituições governamentais e Ministério Público do Estado de Goiás, por meio de sua Coordenadora e membros que esta subscrevem, expede a seguinte **MOÇÃO DE REPÚDIO À EXTINÇÃO DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS E DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE** e sua incorporação ao Conselho Estadual de Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos pela Lei Estadual nº 19.574/2016, nos seguintes termos:

CONSIDERANDO que cabe ao Fórum Goiano de Recursos Hídricos, no uso de suas atribuições, com fundamento no art. 2º, I do Regimento Interno, *"proporcionar, em âmbito estadual, o debate das questões relacionadas aos recursos hídricos, de modo a fomentar ações concretas integradas de tutela à proteção desse recurso natural, com vistas a uma política estadual de desenvolvimento sustentável"*;

CONSIDERANDO que são objetivos específicos do Fórum, conforme o art. 2º, VII do Regimento Interno, *"estar em constante diálogo, acompanhar e divulgar as decisões dos Conselhos Estadual de Recursos Hídricos, de Meio Ambiente e dos Comitês de Bacias, para a troca de experiências no intuito de aprimorar a efetivação da Política de Recursos Hídricos e promovendo a participação social e o controle social"*;

CONSIDERANDO que a Lei nº 19.574/2016, ao dispor sobre a extinção de cargos em comissão, alteração de leis e outras providências com vistas à implementação do novo regime fiscal a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2017, criou o Conselho Estadual de Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos, extinguindo o Conselho Estadual de Recursos Hídricos e o Conselho Estadual do Meio Ambiente de Goiás:

Art. 1º São adotadas as seguintes medidas assecutorias da implementação do novo regime fiscal a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2017:

(...)

VI – ficam extintos:

a) os seguintes colegiados dotados de Secretarias Executivas e dos respectivos cargos em comissão de Secretário Executivo, CDS-5:

(...)

2.5 na Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos, os Conselhos Estaduais de Saneamento, do Meio Ambiente – CEMAm –, dos Recursos Hídricos – CERHI –, ficando ali criado o Conselho Estadual de Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos, composto pelas Câmaras Temáticas de Saneamento, de Meio Ambiente e de Recursos Hídricos;

CONSIDERANDO que o Conselho Estadual de Recursos Hídricos e o Conselho Estadual do Meio Ambiente, extintos pela supracitada lei, são essenciais na execução das Políticas Estaduais de Meio Ambiente e Recursos Hídricos em Goiás;

CONSIDERANDO que a Lei nº 9.433/97, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, tratou da obrigatoriedade da constituição dos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos como parte integrante do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SNGRH):

Art. 33. Integram o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos:

I – o Conselho Nacional de Recursos Hídricos;

I-A. – a Agência Nacional de Águas;

II – os Conselhos de Recursos Hídricos dos Estados e do Distrito Federal;

III – os Comitês de Bacia Hidrográfica;

IV – os órgãos dos poderes públicos federal, estaduais, do Distrito Federal e municipais cujas competências se relacionem com a gestão de recursos hídricos;

V – as Agências de Água.

CONSIDERANDO que o Conselho Estadual de Recursos Hídricos é órgão colegiado superior, deliberativo e consultivo no que concerne à formulação da Política e do Plano Estadual de Recursos Hídricos, a quem cabe analisar propostas de alteração da legislação pertinente ao tema;

CONSIDERANDO que compete ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Goiás promover a articulação do planejamento da área de recursos hídricos com o planejamento estadual e dos setores usuários;

CONSIDERANDO que é o Conselho Estadual de Recursos Hídricos o órgão competente para estabelecer critérios gerais para a outorga de direito de uso de recursos hídricos e para a cobrança por seu uso, de forma a garantir o controle da água e sua utilização em quantidade e qualidade no Estado de Goiás;

CONSIDERANDO que a extinção do Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Goiás pode prejudicar todo o sistema de regulamentação da outorga de uso da água no Estado, contribuindo para o agravamento da crise hídrica que vem se instalando em todo o país e que já ameaça os recursos hídricos em Goiás;

CONSIDERANDO o risco de redução ou perda total de recursos financeiros provenientes de programas de apoio à gestão dos recursos hídricos, como o Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas (Progestão); Programa Nacional de Fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas (Procomitês); Programa de Estímulo à Divulgação de Dados de Qualidade de Água (QUALIÁGUA), entre outros;

CONSIDERANDO que, além do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, a Lei Estadual nº 19.574/2016 extinguiu também o Conselho Estadual do Meio Ambiente, órgão de fundamental importância no desenvolvimento das ações de proteção do meio ambiente em Goiás;

CONSIDERANDO que a Lei nº 6.938/81, ao dispor sobre a Política Nacional de Meio Ambiente, criou o Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA, integrado pelos *“órgãos e entidades da União, dos Estados do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, bem como as fundações instituídas pelo Poder Público, responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental”* (art. 6º);

CONSIDERANDO que o Decreto nº 99.270/90, que regulamenta a Lei nº 9.638/71, assim tratou da estrutura dos órgãos integrantes do SISNAMA:

Art. 3º O Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama), constituído pelos órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e pelas fundações instituídas pelo Poder Público, responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental, tem a seguinte estrutura:

I - Órgão Superior: o Conselho de Governo;

II - Órgão Consultivo e Deliberativo: o Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama);

III - Órgão Central: a Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República (Semam/PR);

IV - Órgãos Executores: o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes; (Redação dada pelo Decreto nº 6.792, de 2009)

V - Órgãos Seccionais: os órgãos ou entidades da Administração Pública Federal direta e indireta, as fundações instituídas pelo Poder Público cujas atividades estejam associadas às de proteção da qualidade ambiental ou àquelas de disciplinamento do uso de recursos ambientais, bem assim os órgãos e entidades estaduais responsáveis pela execução de programas e projetos e pelo controle e fiscalização de atividades capazes de provocar a degradação ambiental; e

VI - Órgãos Locais: os órgãos ou entidades municipais responsáveis pelo controle e fiscalização das atividades referidas no inciso anterior, nas suas respectivas jurisdições.

CONSIDERANDO que o Conselho Estadual do Meio Ambiente é órgão superior de caráter colegiado, consultivo, normativo e deliberativo, responsável por função primordial na execução das diretrizes e objetivos da Política Nacional de Meio Ambiente no Estado de Goiás;

CONSIDERANDO que a Política Nacional de Meio Ambiente determina a instituição dos Conselhos Estaduais do Meio Ambiente, imprescindíveis para a política ambiental estadual e o próprio funcionamento do órgão licenciador ambiental estadual;

CONSIDERANDO que o Conselho Estadual do Meio Ambiente tem como finalidade assessorar, estudar e propor as diretrizes de políticas governamentais estaduais para o meio ambiente e os recursos naturais e deliberar, no âmbito de sua competência, sobre normas e padrões compatíveis com o meio ambiente ecologicamente equilibrado e essencial à sadia qualidade de vida;



CONSIDERANDO que a Resolução CONAMA nº 237/97, em seu artigo 20, determina que:

Art. 20. Os entes federados, para exercerem suas competências licenciatórias, deverão ter implementados os Conselhos de Meio Ambiente, com caráter deliberativo e participação social e, ainda, possuir em seus quadros ou a sua disposição profissionais legalmente habilitados.

CONSIDERANDO que a extinção do Conselho Estadual do Meio Ambiente de Goiás contraria o disposto no art. 20 da Resolução CONAMA nº 237/97, já que o referido Conselho constitui requisito essencial para o Estado exercer sua competência licenciatória ambiental;

CONSIDERANDO que a falta do Conselho Estadual do Meio Ambiente pode acarretar, inclusive, a nulidade de todos os licenciamentos ambientais expedidos pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos;

CONSIDERANDO que o Conselho Estadual de Recursos Hídricos e o Conselho Estadual do Meio Ambiente são, portanto, órgãos obrigatórios dentro da configuração, respectivamente, do SNGRH e do SISNAMA no Estado de Goiás, devendo integrar a estrutura organizacional da Secretaria Estadual de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos;

CONSIDERANDO que são distintos os sistemas de Recursos Hídricos, Meio Ambiente e Saneamento, não justificando a existência de um Conselho único abrangendo essas três temáticas;

CONSIDERANDO que a falta do Conselho Estadual de Recursos Hídricos e do Conselho Estadual do Meio Ambiente constituem fato que obsta a proteção integral do meio ambiente e dos recursos hídricos no Estado de Goiás, cabendo ao Ministério Público adotar as providências necessárias para regularizar essa situação;


O Plenário do **FÓRUM GOIANO DE RECURSOS HÍDRICOS**, em reunião realizada no dia 25/05/2017, deliberou pela expedição da presente **MOÇÃO DE REPÚDIO À EXTINÇÃO DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS E DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE** e sua




incorporação ao Conselho Estadual de Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos pela Lei Estadual nº 19.574/2016.

Diante do exposto, **SOLICITA** ao **GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS** que adote as providências necessárias no sentido de **RESTABELECER O CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS E O CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE**.

Goânia, 21 de junho de 2017.


Andréia Zanon Marques Junqueira
Promotora de Justiça

Coordenadora do Fórum Goiano de Recursos Hídricos


Juliano de Barros Araújo
Promotor de Justiça

Coordenador Suplente do Fórum Goiano de Recursos Hídricos

Membros do Fórum Goiano de Recursos Hídricos:

Agência Goiana de Desenvolvimento Rural e Fundiário – EMATER-GO; Universidade Federal de Goiás – UFG; Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos – SECIMA; Secretaria de Estado da Saúde – SES; Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico e de Agricultura, Pecuária e Irrigação – SED; Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba – CBH Rio Paranaíba; Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Meio Ponte – CBH Rio Meio Ponte; Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Corumbá, Veríssimo e São Marcos – CBH Rios Corumbá, Veríssimo e São Marcos; Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Vermelho – CBR Rio Vermelho; Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Baixo Paranaíba – CBH Rio Baixo Paranaíba; Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio dos Bois – CBH Rio dos Bois; Associação das Empresas Mineradoras de Águas Termais de Goiás – AMAT; Saneamento de Goiás S.A. – SANEAGO; Companhia Municipal de Saneamento de Senador Canedo; Federação das Indústrias do Estado de Goiás – FIEG;

Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás – FAEG/SENAR; Associação dos Irrigantes do Estado de Goiás – IRRIGO; Empreendimentos Hidrelétricos; Companhia Elétrica do Estado de Goiás – CELG; Pontifícia Universidade Católica do Estado de Goiás – PUC/GO; Universidade Federal de Goiás – UFG; Universidade Estadual de Goiás – UEG; Instituto Federal de Goiás – IFG; Ordem dos Advogados do Brasil Seção Goiás – OAB/GO; Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA/GO; Associação Ambiental Pró-Águas do Cerrado; Sociedade Brasileira Ambientalista do Cerrado – SABC; ONG Visão Ambiental; Associação Goiana de Engenheiros Florestais – AGEF

C38